

SOMOS FEITOS DE VALORES



SICOOB
Extremo Sul

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente
do Sicoob Extremo Sul

03

Gráficos
Evolução dos números
2016 a 2020

04

Relatório da
Administração

06

Demonstrações
Contábeis

12

Demonstrações do
Resultado, Mutações
e Fluxos

14

Notas
Explicativas

17

Relatório
de Auditoria

35

Parecer do
Conselho Fiscal

37



RELATÓRIO ANUAL 2020



Ivo Azevedo de Brito
Presidente do Sicoob
Extremo Sul



MENSAGEM DO PRESIDENTE

É notório que 2020 foi um ano de grandes mudanças e desafios, mas podemos dizer com absoluta convicção, que foi também um momento de retomada das nossas diretrizes e reafirmação dos valores que são a base da nossa cooperativa. Apesar das inúmeras adversidades, a união, o desejo de crescermos juntos, a solidariedade e a resiliência, nos mantiveram mais uma vez firmes no cumprimento do nosso propósito, que é conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade social.

E foi com essa confiança em nossa essência, que mesmo durante a pandemia de Covid-19 e apesar da diminuição de alguns dos resultados que nós costumamos alcançar, atingimos números excelentes para o contexto, alcançamos metas e mostramos que o cooperativismo é o modelo financeiro do futuro, pois temos como alguns de nossos principais valores o respeito e valorização das pessoas, a ética, a integridade, a inovação e a excelência.

No ano de 2020, apesar das incertezas, encerramos o exercício com um capital social

de R\$ 82.500.000,00, resultado do exercício de R\$ 10.700.000,00, e; R\$ 4.800.000,00 de sobras a serem distribuídas aos associados, o que comprova a nossa solidez.

Somos hoje pouco mais de 14.000 cooperados em 07 cidades - Teixeira de Freitas, Itabatã/Mucuri, Nova Viçosa, Itanhém, Vereda, Brumado e Salvador. Em 2020 expandimos para a cidade de Salvador, com a abertura de uma nova agência.

Encerramos assim o exercício de 2020 com um sentimento de gratidão aos nossos cooperados e à equipe do Sicoob Extremo Sul, conscientes de que 2021 será um ano que ainda apresentará desafios, mas que nos permitirá aplicar o que aprendemos a fim de alcançarmos resultados melhores, sem perder a essência que nos faz cooperativa, que nos move e nos une.

Um grande abraço a todos os cooperados do Sicoob Extremo Sul.

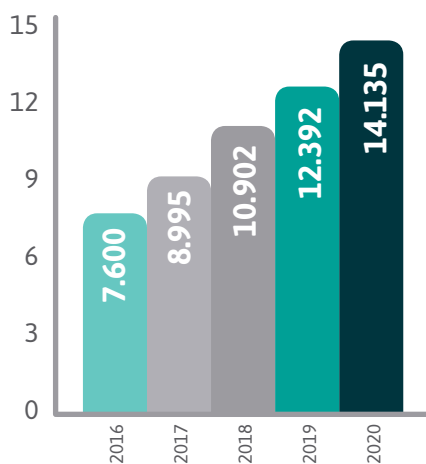
Não podemos dar as mãos, mas podemos unir nossas atitudes e fazer a diferença.

Saudações cooperativistas.

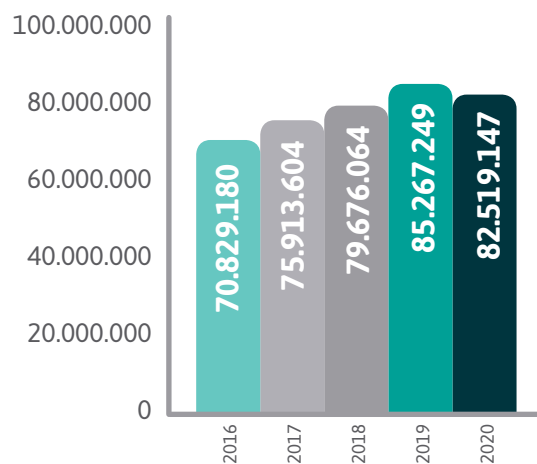
GRÁFICOS

Evolução dos números 2016 a 2020

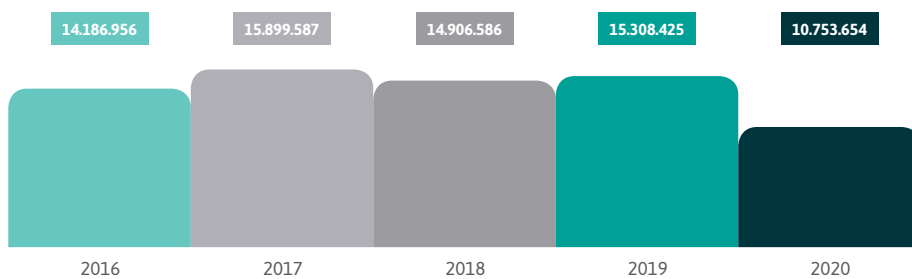
Nº ASSOCIADOS



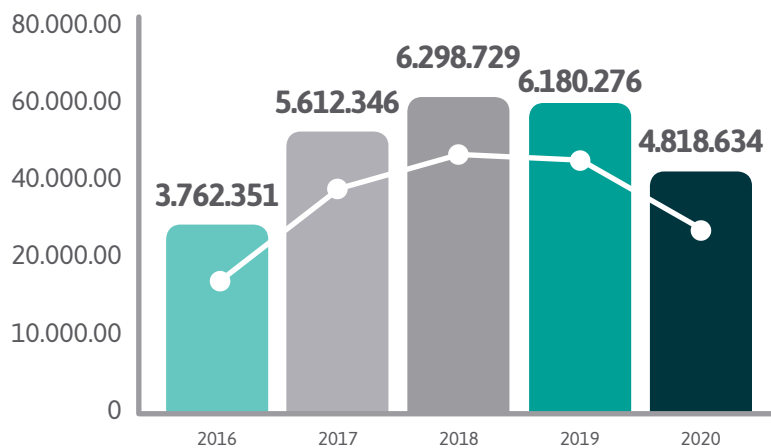
CAPITAL SOCIAL



RESULTADO DO EXERCÍCIO

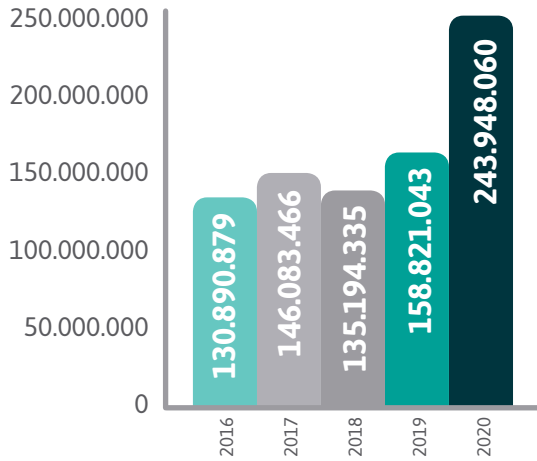


SOBRAS LÍQUIDAS

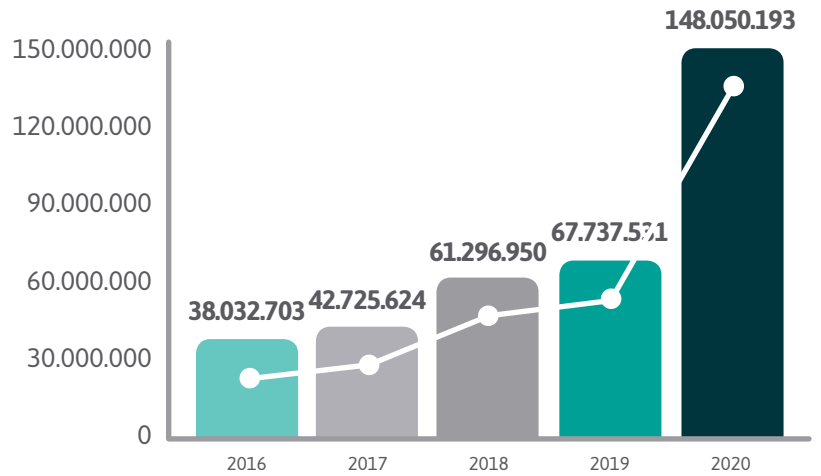




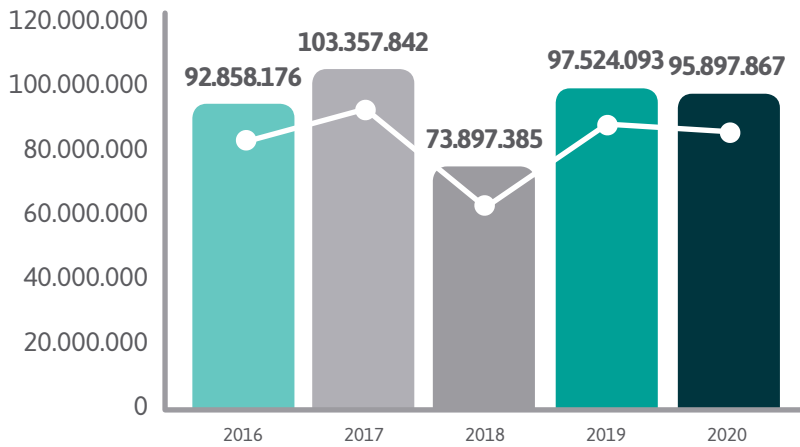
DEPÓSITOS TOTAIS



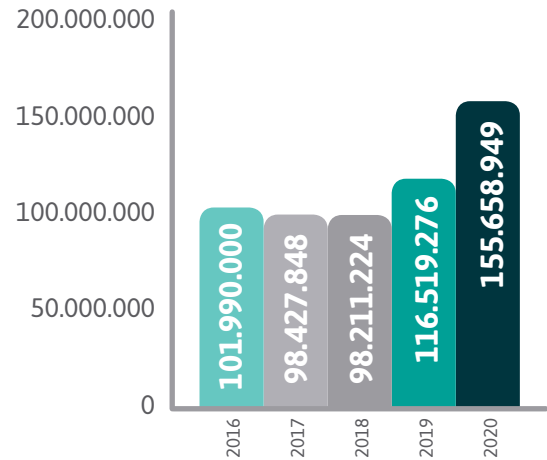
DEPÓSITO À VISTA



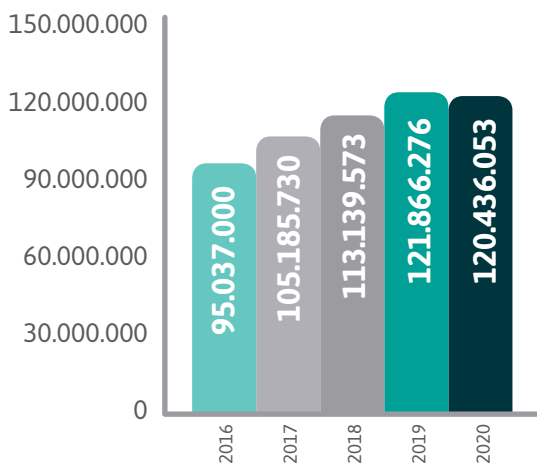
DEPÓSITO A PRAZO



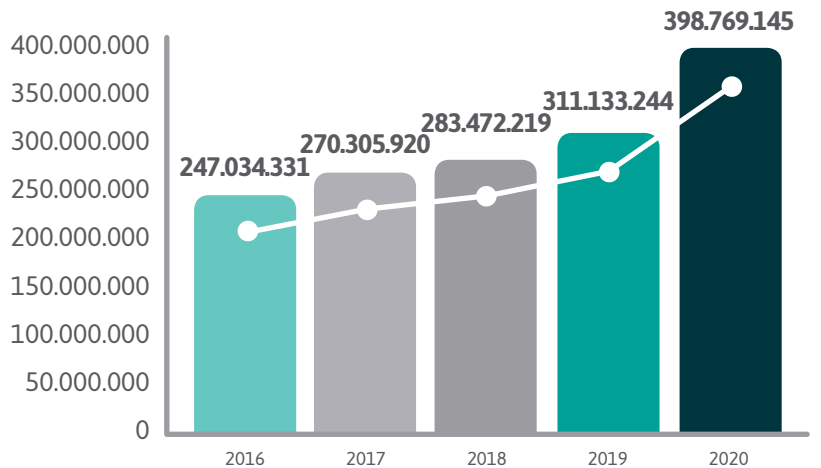
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



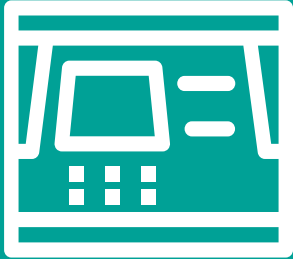
ATIVO TOTAL



A large, bold, white number '1' is centered on the left side of a teal rectangular background. The background is part of a larger graphic design that includes a photograph of a river and trees on the left side.

Prestação
de Contas

RELATÓRIO D
ADMINISTRA



A
ÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de crédito Teixeira de Freitas Ltda. – SICOOB EXTREMO SUL, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 27 de maio de 2020 o SICOOB EXTREMO SUL completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

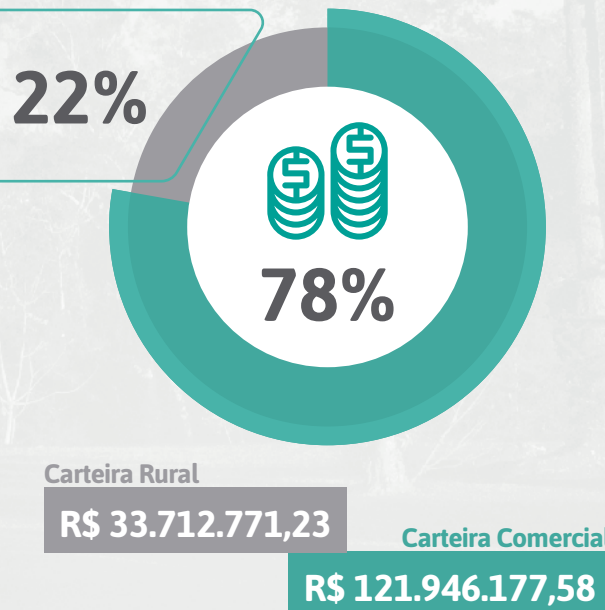
2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2020, o SICOOB EXTREMO SUL obteve um resultado de R\$ 8.448.902,09 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 7,0%.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 220.037.762,63. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 155.658.948,81.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

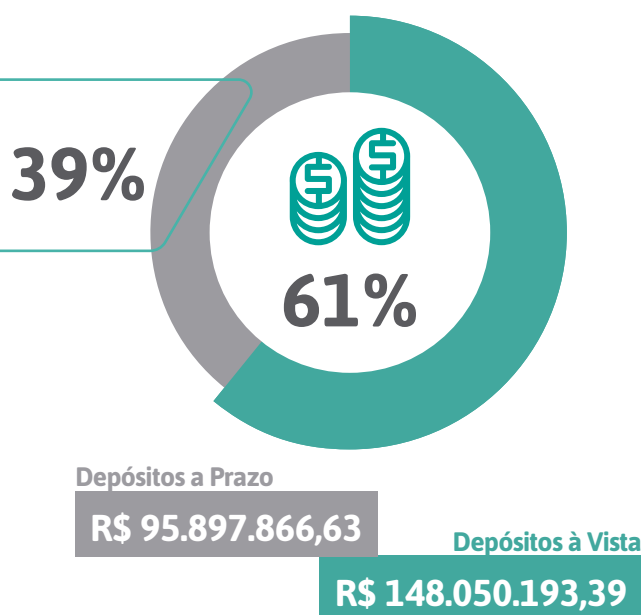


Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 19,2% da carteira, no montante de R\$ 29.855.474,14.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de **R\$ 243.948.060,02**, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de **65,8%**.

As captações encontravam-se assim distribuídas:



Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 23,4% da captação, no montante de R\$ 57.039.586,53.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB EXTREMO SUL era de R\$ 99.663.879,76. O quadro de associados era composto por 14.135 Cooperados, havendo um acréscimo de 14,0% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL BA visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB EXTREMO SUL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções.

Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA., que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros



manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito na Assembleia Geral de 2019, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB EXTREMO SUL aderiram, em 2008, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de

um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB EXTREMO SUL registrou 48 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 48 reclamações, 12 foram consideradas procedentes, sendo solucionadas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12,

esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob

(www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;



- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de

descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Teixeira de Freitas, Ba, 28 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Ivo Azevedo de Brito
Presidente

Zenilda Medeiros de Almeida Silva
Diretora Administrativa

Irismar Portela de Oliveira
Diretor Operacional

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cooperativa de Crédito Teixeira de Freitas Ltda – Sicoob Extremo Sul Balanco Patrimonial

	Em reais	
	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	398.769.144,57	311.133.243,62
Circulante	294.623.935,25	252.313.615,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	222.579.230,82	177.195.707,10
Disponibilidades	2.541.468,19	3.125.819,66
Centralização Financeira - Cooperativas	220.037.762,63	174.069.887,44
Operações de Crédito	71.255.392,47	73.967.623,17
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	41.610.022,10	45.531.685,53
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(2.656.240,28)	(4.120.331,64)
Financiamentos	10.457.791,74	11.718.748,18
(-) Provisão para Operações de Financiamentos	(370.705,60)	(404.527,56)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.470.403,21	21.374.145,67
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(255.878,70)	(132.097,01)
Outros Créditos	681.040,91	1.047.752,47
Créditos por Avais e Fianças Honradas	189.435,44	272.582,87
Rendas a Receber	367.843,22	670.817,64
Diversos	265.665,53	311.469,49
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(141.903,28)	(207.117,53)
Outros Valores e Bens	108.271,05	102.532,88
Outros Valores e Bens	2.089,00	1.139,00
Despesas Antecipadas	106.182,05	101.393,88
Não Circulante	104.145.209,32	58.819.628,00
Realizável a Longo Prazo	80.549.582,65	36.617.198,59
Operações de Crédito	78.320.009,34	35.209.483,25
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	52.601.254,56	20.632.025,22
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(2.280.567,82)	(1.984.594,15)
Financiamentos	17.277.109,18	13.749.295,99
(-) Provisão para Operações de Financiamentos	(416.773,52)	(413.828,77)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.242.368,02	3.240.792,06
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(103.381,08)	(14.207,10)
Outros Créditos	1.760.573,31	1.293.350,59
Devedores por Depósitos em Garantia	96.995,34	96.995,34
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	1.663.577,97	1.196.355,25
Outros Valores e Bens	469.000,00	114.364,75
Outros Valores e Bens	478.364,75	114.364,75
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(9.364,75)	-
Permanente	23.595.626,67	22.202.429,41
Investimentos	21.909.067,73	20.422.883,72
Participação em Cooperativa Central de Crédito	12.655.570,01	11.762.233,60
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito	9.253.497,72	8.660.650,12
Imobilizado de Uso	1.635.598,97	1.731.402,10
Imobilizado de Uso	5.047.532,09	4.847.591,30
Outras Imobilizações de Uso	872,60	-
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(3.412.805,72)	(3.116.189,20)
Intangível	50.959,97	48.143,59
Ativos Intangíveis	425.604,71	409.800,11
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(374.644,74)	(361.656,52)
TOTAL DO ATIVO	398.769.144,57	311.133.243,62

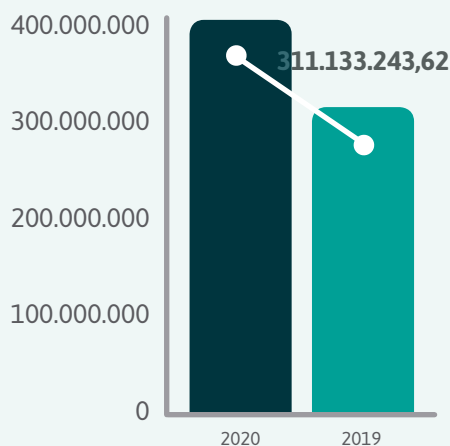
ATIVO E PASSIVO 2019 E 2020



100%

Total do Passivo
e do Patrimônio
Líquido

398.769.144,57



Em reais

	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	278.333.092,01	189.790.720,08
Circulante	278.031.700,73	189.322.299,19
Depósitos	243.948.060,02	147.150.393,71
Depósitos à Vista	148.050.193,39	67.737.530,90
Depósitos Sob Aviso	887.712,40	877.573,52
Depósitos à Prazo	95.010.154,23	78.535.289,29
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	21.043.382,88	18.111.230,64
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	21.043.382,88	18.111.230,64
Relações Interfinanceiras	3.532.600,51	16.039.650,90
Repasses Interfinanceiros	3.532.600,51	16.039.650,90
Relações Interdependências	2.497.657,70	2.783.372,84
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.497.657,70	2.783.372,84
Outras Obrigações	7.009.999,62	5.237.651,10
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.894,01	40.629,39
Sociais e Estatutárias	1.929.843,27	1.057.755,95
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	492.600,65	771.241,95
Diversas	4.585.661,69	3.368.023,81
Não Circulante	301.391,28	468.420,89
Outras Obrigações	301.391,28	468.420,89
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	301.391,28	468.420,89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	120.436.052,56	121.342.523,54
Capital Social	82.519.147,05	85.267.248,72
De Domiciliados No País	83.002.868,54	87.656.636,27
(-) Capital A Realizar	(483.721,49)	(2.389.387,55)
Reserva de Sobras	33.098.271,31	29.887.688,52
Sobras ou Perdas Acumuladas	4.818.634,20	6.187.586,30
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	398.769.144,57	311.133.243,62

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, MUTAÇÕES E FLUXOS

Cooperativa de Crédito Teixeira
de Freitas Ltda – Sicoob Extremo Sul
Balanco Patrimonial

Em reais

DESCRIÇÃO	Notas	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	19	13.612.188,67	27.372.407,38	15.785.118,16	31.483.788,08
Operações de Crédito		11.451.591,94	21.948.720,31	11.107.973,92	21.629.636,91
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	2.160.596,73	5.423.687,07	4.677.144,24	9.854.151,17
Dispêndio da Intermediação Financeira	20	1.116.608,58	(6.722.138,91)	(4.642.107,00)	(9.248.227,66)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(1.177.285,13)	(2.946.737,10)	(2.633.486,92)	(5.350.639,18)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.a	(348.451,02)	(907.199,10)	(544.608,78)	(1.066.446,64)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		2.642.344,73	(2.868.202,71)	(1.464.011,30)	(2.831.141,84)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		14.728.797,25	20.650.268,47	11.143.011,16	22.235.560,42
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/ Despesas) Operacionais		(6.842.168,44)	(9.887.249,49)	(4.020.498,52)	(6.892.135,89)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	2.952.138,11	5.417.524,53	2.338.195,67	4.424.047,46
Rendas (Ingressos) de Tarifas	22	1.967.613,41	3.826.935,76	1.867.394,12	3.563.875,62
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(4.924.868,49)	(8.933.401,17)	(4.695.258,55)	(8.570.445,37)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(4.870.841,90)	(9.446.605,58)	(4.788.756,83)	(9.122.620,19)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	25	(351.132,35)	(594.149,18)	(348.578,74)	(540.058,32)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	26	1.144.109,57	2.831.914,26	1.818.549,66	4.049.215,48
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	27	(2.706.056,49)	(3.064.774,78)	(482.712,12)	(980.562,23)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	28	-	167.029,61	257.766,07	257.766,07
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	29	(53.130,30)	(91.722,94)	12.902,20	26.645,59
Resultado Operacional		7.886.628,81	10.763.018,98	7.122.512,64	15.343.424,53
Outras Receitas e Despesas	30	(9.364,75)	(9.364,75)	(35.000,00)	(35.000,00)
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	(35.000,00)	(35.000,00)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(9.364,75)	(9.364,75)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		7.877.264,06	10.753.654,23	7.087.512,64	15.308.424,53
Imposto de Rendas		159.932,70	-	156.224,45	-
Contribuição Social		103.159,62	-	100.934,67	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		8.140.356,38	10.753.654,23	7.344.671,76	15.308.424,53
Destinações Legais e Estatutárias	17.4	-	(3.633.027,89)	-	(4.294.767,95)
FATES		-	(422.445,10)	-	(523.752,19)
Reserva Legal		-	(3.210.582,79)	-	(3.771.015,76)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		8.140.356,38	7.120.626,34	7.344.671,76	11.013.656,58
Juros ao Capital	18	(826.042,75)	(2.304.752,14)	(2.636.333,34)	(4.833.380,76)
Sobras/Perdas Líquidas		7.314.313,63	4.815.874,20	4.708.338,42	6.180.275,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EVENTOS	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias	Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018	81.040.046,01	(315.874,61)	26.111.468,11	5.204,65	6.298.728,62	113.139.572,78
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	7.310,48	7.310,48
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(615.128,49)	(615.128,49)
Ao Capital	5.662.720,90	-	-	-	(5.662.720,90)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(20.879,23)	(20.879,23)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.493.015,04	(2.073.512,94)	-	-	-	1.419.502,10
Por Devolução (-)	(6.883.210,48)	-	-	-	-	(6.883.210,48)
Estorno de Capital	(480,00)	-	-	-	-	(480,00)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	15.308.424,53	15.308.424,53
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(4.833.380,76)	(4.833.380,76)
Juros ao Capital	4.784.632,12	-	-	-	-	4.784.632,12
IRRF sobre Juros ao Capital	(440.087,32)	-	-	-	-	(440.087,32)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	3.771.015,76	-	(3.771.015,76)	-
F A T E S	-	-	-	-	(523.752,19)	(523.752,19)
Saldo em 31/12/2019	87.656.636,27	(2.389.387,55)	29.882.483,87	5.204,65	6.187.586,30	121.342.523,54
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	2.760,00	2.760,00
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(6.106.886,05)	(6.106.886,05)
Ao Capital	56.255,27	-	-	-	(56.255,27)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(24.444,98)	(24.444,98)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	(254.095,70)	1.905.666,06	-	-	-	1.651.570,36
Por Devolução (-)	(6.570.264,11)	-	-	-	-	(6.570.264,11)
Estorno de Capital	(5.400,00)	-	-	-	-	(5.400,00)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	10.753.654,23	10.753.654,23
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(2.304.752,14)	(2.304.752,14)
Juros ao Capital	2.256.634,02	-	-	-	-	2.256.634,02
IRRF sobre Juros ao Capital	(136.897,21)	-	-	-	-	(136.897,21)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	3.210.582,79	-	(3.210.582,79)	-
F A T E S	-	-	-	-	(422.445,10)	(422.445,10)
Saldo em 31/12/2020	83.002.868,54	(483.721,49)	33.093.066,66	5.204,65	4.818.634,20	120.436.052,56
Saldo em 30/06/2019	81.949.472,52	(324.764,68)	26.111.468,11	5.204,65	5.766.856,35	113.508.236,95
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	7.159,48	7.159,48
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.646.472,06	(2.064.622,87)	-	-	-	581.849,19
Por Devolução (-)	(1.283.373,11)	-	-	-	-	(1.283.373,11)
Estorno de Capital	(480,00)	-	-	-	-	(480,00)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	7.344.671,76	7.344.671,76
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(2.636.333,34)	(2.636.333,34)
Juros ao Capital	4.784.632,12	-	-	-	-	4.784.632,12
IRRF sobre Juros ao Capital	(440.087,32)	-	-	-	-	(440.087,32)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	3.771.015,76	-	(3.771.015,76)	-
F A T E S	-	-	-	-	(523.752,19)	(523.752,19)
Saldo em 31/12/2019	87.656.636,27	(2.389.387,55)	29.882.483,87	5.204,65	6.187.586,30	121.342.523,54
Saldo em 30/06/2020	84.421.529,71	(383.774,05)	29.882.483,87	5.204,65	7.322.174,76	121.247.618,94
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	2.760,00	2.760,00
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(6.106.886,05)	(6.106.886,05)
Ao Capital	56.255,27	-	-	-	(56.255,27)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(24.444,98)	(24.444,98)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.021.578,02	(99.947,44)	-	-	-	921.630,58
Por Devolução (-)	(4.616.231,27)	-	-	-	-	(4.616.231,27)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	8.140.356,38	8.140.356,38
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(826.042,75)	(826.042,75)
Juros ao Capital	2.256.634,02	-	-	-	-	2.256.634,02
IRRF sobre Juros ao Capital	(136.897,21)	-	-	-	-	(136.897,21)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	3.210.582,79	-	(3.210.582,79)	-
F A T E S	-	-	-	-	(422.445,10)	(422.445,10)
Saldo em 31/12/2020	83.002.868,54	(483.721,49)	33.093.066,66	5.204,65	4.818.634,20	120.436.052,56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO	Notas	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		8.140.356,38	10.753.654,23	7.344.671,76	15.308.424,53
Ajuste de Exercícios Anteriores		2.760,00	2.760,00	7.159,48	7.310,48
Juros ao Capital Recebido		(330.189,62)	(330.189,62)	(649.892,79)	(649.892,79)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(702.615,57)	-	(1.062.426,10)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.642.344,73)	2.868.202,71	1.464.011,30	2.831.141,84
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		184.999,40	344.869,43	128.483,86	249.555,06
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		9.364,75	9.364,75	-	-
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	-	130.014,71	130.014,71
Depreciações e Amortizações		154.478,06	309.604,74	170.852,63	354.318,85
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		5.519.424,24	13.255.650,67	8.595.300,95	17.168.446,58
Relações Interfinanceiras		1.679,13	-	7.763,99	-
Operações de Crédito		(32.809.082,31)	(43.266.498,10)	(5.163.713,39)	(22.614.012,75)
Outros Créditos		(234.226,19)	(100.511,16)	(268.102,03)	(274.208,14)
Outros Valores e Bens		(118.265,93)	(369.738,17)	193.696,06	115.611,75
Depósitos à Vista		32.083.403,17	80.312.662,49	5.017.400,90	6.440.581,26
Depósitos sob Aviso		(4.513,77)	10.138,88	23.103,32	(38.444,00)
Depósitos à Prazo		12.955.397,10	16.474.864,94	(606.838,62)	5.553.921,87
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		20.873,36	2.932.152,24	1.985.097,97	6.245.234,70
Relações Interdependências		2.409.305,07	(285.715,14)	2.655.993,25	897.433,60
Relações Interfinanceiras		(10.197.958,70)	(12.507.050,39)	(1.518.563,40)	936.835,87
Outras Obrigações		(317.028,04)	(1.044.302,66)	(4.507.962,55)	(5.790.440,33)
FATES Sobras Exercício		(422.445,10)	(422.445,10)	(523.752,19)	(523.752,19)
Imposto de Renda		159.932,70	-	156.224,45	-
Contribuição Social		103.159,62	-	100.934,67	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		9.149.654,35	54.989.208,50	6.146.583,38	8.117.208,22
Recebimento Dividendos		-	592.847,83	-	1.003.126,41
Distribuição Sobras da Central		-	109.767,74	-	59.299,69
Recebimento de Juros ao Capital		330.189,62	330.189,62	649.892,79	649.892,79
Aquisição de Intangível		(58.152,23)	(102.614,56)	(6.079,88)	(10.059,84)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(59.334,31)	(114.003,43)	(73.976,45)	(288.138,57)
Aquisição de investimentos		(590.056,88)	(1.486.184,01)	(846.567,76)	(2.530.145,27)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(377.353,80)	(669.996,81)	(276.731,30)	(1.116.024,79)
Aumento por Novos Aportes de Capital		921.630,58	1.651.570,36	581.849,19	1.419.502,10
Devolução de Capital à Cooperados		(4.616.231,27)	(6.570.264,11)	(1.283.373,11)	(6.883.210,48)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	(5.400,00)	(480,00)	(480,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(24.444,98)	(24.444,98)	-	(20.879,23)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(6.106.886,05)	(6.106.886,05)	-	(615.128,49)
Juros ao Capital pago		2.256.634,02	2.256.634,02	4.784.632,12	4.784.632,12
IRRF sobre Juros ao Capital		(136.897,21)	(136.897,21)	(440.087,32)	(440.087,32)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(7.706.194,91)	(8.935.687,97)	3.642.540,88	(1.755.651,30)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.066.105,64	45.383.523,72	9.512.392,96	5.245.532,13
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	221.513.125,18	177.195.707,10	167.683.314,14	171.950.174,97
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	222.579.230,82	222.579.230,82	177.195.707,10	177.195.707,10
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.066.105,64	45.383.523,72	9.512.392,96	5.245.532,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO TEIXEIRA DE FREITAS LTDA – SICOOB EXTREMO SUL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/03/1998, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL-BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB EXTREMO SUL**, sediada em Teixeira Freitas, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TEIXEIRA DE FREITAS-BA, ITANHÉM-BA, MUCURI-BA, NOVA VICOSA-BA, VEREDA-BA, BRUMADO-BA e SALVADOR-BA.**

O **SICOOB EXTREMO SUL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorren-

tes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. COOPERATIVA DE CRÉDITO TEIXEIRA DE FREITAS LTDA – SICOOB EXTREMO SUL junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.



d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICCOB CENTRAL-BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada

pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na database das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2.531.159,83	3.115.511,30
Depósitos Bancários – CEF	10.308,36	10.308,36
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	220.037.762,63	174.069.887,44
TOTAL	222.579.230,82	177.195.707,10

- (a) Refere-se à Centralização Financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL-BA** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 5.423.687,07 e R\$ 9.854.151,17 com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	41.610.022,10	52.601.254,56	94.211.276,66	66.163.710,75
Financiamentos	10.457.791,74	17.277.109,18	27.734.900,92	25.468.044,17
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.470.403,21	11.242.368,02	33.712.771,23	24.614.937,73
Total de Operações de Crédito	74.538.217,05	81.120.731,76	155.658.948,81	116.246.692,65
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.282.824,58)	(2.800.722,42)	(6.083.547,00)	(7.069.586,23)
TOTAL	71.255.392,47	78.320.009,34	149.575.401,81	109.177.106,42



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação	Empréstimo/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	5.191.416,81	1.472.528,07	2.260.589,17	8.924.534,05	-	12.127.532,49	-
A 0,5% Normal	35.804.410,94	8.614.539,77	20.869.658,95	65.288.609,66	(326.443,54)	47.324.299,25	(236.621,50)
B 1% Normal	19.650.034,20	9.432.650,53	7.757.643,35	36.840.328,08	(368.403,28)	30.568.211,51	(305.682,12)
B 1% Vencidas	531.212,41	4.065,28	-	535.277,69	(5.352,78)	854.512,45	(8.545,12)
C 3% Normal	25.010.962,14	6.793.507,98	2.214.806,24	34.019.276,36	(1.020.578,29)	15.177.176,31	(455.315,29)
C 3% Vencidas	1.026.636,20	19.302,21	177.079,05	1.223.017,46	(36.690,52)	582.272,07	(17.468,16)
D 10% Normal	1.776.975,61	725.642,57	97.795,63	2.600.413,81	(260.041,38)	1.470.254,53	(147.025,45)
D 10% Vencidas	556.252,01	-	23.803,86	580.055,87	(58.005,59)	977.335,00	(97.733,50)
E 30% Normal	679.886,68	157.730,97	72.017,36	909.635,01	(272.890,50)	629.054,20	(188.716,93)
E 30% Vencidas	354.878,80	185.416,98	239.377,62	779.673,40	(233.902,02)	505.900,98	(151.770,29)
F 50% Normal	399.866,72	81.418,75	-	481.285,47	(240.642,74)	411.830,10	(205.915,05)
F 50% Vencidas	259.573,96	32.868,27	-	292.442,23	(146.221,12)	200.940,06	(100.470,03)
G 70% Normal	95.160,06	-	-	95.160,06	(66.612,04)	270.279,95	(189.195,96)
G 70% Vencidas	130.832,71	7.422,17	-	138.254,88	(96.778,42)	606.556,39	(424.589,47)
H 100% Normal	1.307.660,72	45.248,48	-	1.352.909,20	(1.352.909,20)	2.474.391,01	(2.474.391,01)
H 100% Vencidas	1.435.516,69	162.558,89	-	1.598.075,58	(1.598.075,58)	2.066.146,35	(2.066.146,35)
Total Normal	89.916.373,88	27.323.267,12	33.272.510,70	150.512.151,70	(3.908.520,97)	110.453.029,35	(4.202.863,31)
Total Vencidos	4.294.902,78	411.633,80	440.260,53	5.146.797,11	(2.175.026,03)	5.793.663,30	(2.866.722,92)
Total Geral	94.211.276,66	27.734.900,92	33.712.771,23	155.658.948,81	(6.083.547,00)	116.246.692,65	(7.069.586,23)
Provisões	(4.936.808,10)	(787.479,12)	(359.259,78)	(6.083.547,00)		(7.069.586,23)	
Total Líquido	89.274.468,56	26.947.421,80	33.353.511,45	149.575.401,81		109.177.106,42	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

TIPO	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Conta Garantida e Cheque Especial/ AD	3.200.160,83	-	-	3.200.160,83
Empréstimos	10.660.744,73	26.036.751,44	52.601.254,56	89.298.750,73
Títulos Descontados	1.605.006,42	107.358,68	-	1.712.365,10
Financiamentos	2.663.759,77	7.794.031,97	17.277.109,18	27.734.900,92
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.971.757,80	16.498.645,41	11.242.368,02	33.712.771,23
TOTAL	24.101.429,55	50.436.787,50	81.120.731,76	155.658.948,81

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	10.707.713,58	1.395.549,51	-	12.103.263,09	8%
Setor Privado – Indústria	563.876,75	87.744,62	-	651.621,37	0%
Setor Privado – Serviços	48.827.241,93	12.014.959,67	-	60.842.201,60	39%
Pessoa Física	30.880.813,49	14.227.958,52	33.612.307,21	78.721.079,22	51%
Outros	3.231.630,91	8.688,60	100.464,02	3.340.783,53	2%
TOTAL	94.211.276,66	27.734.900,92	33.712.771,23	155.658.948,81	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(7.069.586,23)	(8.536.112,68)
Constituições/Reversões no Período	(2.679.317,50)	(2.553.529,10)
Transferência para prejuízo	3.665.356,73	4.020.055,55
TOTAL	(6.083.547,00)	(7.069.586,23)

f) Concentração dos Principais Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	4.722.988,31	3%	4.471.924,70	4%
10 Maiores Devedores	21.109.299,47	14%	20.774.170,03	18%
50 Maiores Devedores	46.630.031,25	30%	40.352.792,63	35%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	19.954.816,63	16.566.190,89
Valor das operações transferidas no período	3.612.462,43	4.020.055,55
Valor das operações recuperadas no período	(1.311.552,02)	(578.812,23)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(36.628,22)	(52.617,58)
TOTAL	22.219.098,82	19.954.816,63

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 13.081.565,03, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	189.435,44	-	272.582,87	-
Rendas a Receber	367.843,22	-	670.817,64	-
Serviços prestados a receber	10.057,68	-	11.423,77	-
Rendas de Convênio – INSS	1.444,02	-	2.427,02	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	356.341,52	-	656.966,85	-
Diversos	265.665,53	-	311.469,49	-
Adiantamentos e antecipações salariais	43.893,53	-	204,94	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.500,00	-	1.600,00	-
Adiantamento por conta de imobilizações	33.861,55	-	-	-
Títulos e créditos a receber (c)	163.431,31	-	253.294,71	-
Devedores diversos – país	22.979,14	-	56.369,84	-
Devedores por Depósitos em Garantias	-	96.995,34	-	96.995,34
Outros – Bloqueio Judicial (d)	-	96.995,34	-	96.995,34
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	-	1.663.577,97	-	1.196.355,25
Impostos a Compensar (e)	-	1.663.577,97	-	1.196.355,25
(-) Provisões para outros créditos	(141.903,28)	-	(207.117,53)	-
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(139.893,98)	-	(200.214,68)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(2.009,30)	-	(6.902,85)	-
TOTAL	681.040,91	1.760.573,31	1.047.752,47	1.293.350,59



- (a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.
- (b) Refere-se à remuneração mensal da Centralização Financeira a receber da Sicoob Central-BA referente ao mês de 12/2020.
- (c) Refere-se substancialmente a tarifas a receber (R\$ 162.473,86).
- (d) Depósito judicial relacionado as demandas de ação cautelar processo nº 0534443-72.2018.8.05.0001.
- (e) Valores de IRPJ e CSLL sobre atos não cooperativos a serem compensados nos próximos exercícios;
- (f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Normal	22.374,24	22.374,24	(6.712,32)	33.997,59	(10.199,28)
E	30%	Vencidas	34.412,40	34.412,40	(10.323,72)	28.307,04	(8.492,17)
F	50%	Normal	-	-	-	604,68	(302,34)
F	50%	Vencidas	14.870,74	14.870,74	(7.435,37)	20.970,17	(10.485,09)
G	70%	Normal	1.134,53	1.134,53	(794,17)	3.590,59	(2.513,41)
G	70%	Vencidas	6.717,09	6.717,09	(4.701,96)	56.301,36	(39.410,95)
H	100%	Normal	-	-	-	3.191,09	(3.191,09)
H	100%	Vencidas	109.926,44	109.926,44	(109.926,44)	125.620,35	(125.620,35)
Total Normal			23.508,77	23.508,77	(7.506,49)	41.383,95	(16.206,12)
Total Vencidos			165.926,67	165.926,67	(132.387,49)	231.198,92	(184.008,56)
Total Geral			189.435,44	189.435,44	(139.893,98)	272.582,87	(200.214,68)
Provisões			(139.893,98)	(139.893,98)		(200.214,68)	
Total Líquido			49.541,46	49.541,46		72.368,19	

7. OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	-	478.364,75	-	114.364,75
(-) Outros Valores e Bens (b)	-	(9.364,75)	-	-
Material em Estoque	2.089,00	-	1.139,00	-
Despesas Antecipadas (c)	106.182,05	-	101.393,88	-
TOTAL	108.271,05	469.000,00	102.532,88	114.364,75

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.
- (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros de valores e patrimoniais.

8. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ações Central BA	12.655.570,01	11.762.233,60
Ações Bancoob	9.253.497,72	8.660.650,12
TOTAL	21.909.067,73	20.422.883,72

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		93.000,00	93.000,00
Edificações	4%	1.208.917,09	1.208.917,09
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(704.087,82)	(655.731,06)
Instalações	10%	273.180,76	260.398,16
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(174.000,34)	(150.671,73)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.350.681,62	1.265.394,82
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(937.193,02)	(851.157,67)
Sistema de Comunicação	10%	89.973,55	89.973,55
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.291.278,89	1.198.693,90
Sistema de Segurança	10%	566.800,40	556.641,40
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		174.572,38	174.572,38
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.597.524,54)	(1.458.628,74)
TOTAL		1.635.598,97	1.731.402,10

10. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Softwares	425.604,71	409.800,11
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(374.260,30)	(361.656,52)
TOTAL	50.959,97	48.143,59

11. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações préfixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	148.050.193,39	-	67.737.530,90	-
Depósito Sob Aviso	887.712,40	0,15%	877.573,52	0,34%
Depósito a Prazo	95.010.154,23	0,17%	78.535.289,29	0,34%
TOTAL	243.948.060,02		147.150.393,71	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	13.630.219,53	6%	6.383.444,45	4%
10 Maiores Depositantes	39.268.228,71	16%	28.046.125,89	19%
50 Maiores Depositantes	85.760.877,97	35%	62.546.068,69	42%



b) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(8.490,40)	(23.459,50)	(23.190,07)	(48.835,77)
Despesas de Depósitos a Prazo	(794.950,56)	(2.091.585,72)	(2.036.645,40)	(4.178.804,87)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(188.224,70)	(507.849,71)	(451.533,04)	(882.367,28)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(185.619,47)	(323.842,17)	(122.118,41)	(240.631,26)
TOTAL	(1.177.285,13)	(2.946.737,10)	(2.633.486,92)	(5.350.639,18)

12. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	21.043.382,88	18.111.230,64
TOTAL	21.043.382,88	18.111.230,64

Abaixo o saldo apropriado em despesas:

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média	2º sem/19	31/12/2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(188.224,70)	(507.849,71)	0,15%	(451.533,04)	(882.367,28)	0,33%

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo SICOOB EXTREMO SUL possuem remuneração entre 89% a 96% do CDI, com prazos de vencimentos de até 03/10/2022, com prazo mínimo de carência de 90 dias, conforme Resolução CMN N° 4.410/2015.

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

INSTITUIÇÕES	Taxa	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Recursos do Bancoob	6% a 8%	Até 07/2021	3.371.527,07	16.692.630,48
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(72.455,04)	(652.979,58)
TOTAL			3.532.600,51	16.039.650,90

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 907.199,10 (R\$ 1.066.446,64 em 2019) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Despesa de Obrigações Por Empréstimos e Repasses”.

14. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento (a)	2.303.000,00	2.127.606,63
Cobrança de Terceiros em Trânsito	7.032,78	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (b)	187.624,92	655.766,21
TOTAL	2.497.657,70	2.783.372,84

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(b) O valor refere-se substancialmente a liquidação de consignados.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.894,01	-	40.629,39	-
Sociais e Estatutárias	1.929.843,27	-	1.057.755,95	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	492.600,65	-	771.241,95	-
Diversas	4.585.661,69	-	3.368.023,81	-
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	301.391,28	-	468.420,89
TOTAL	7.009.999,62	301.391,28	5.237.651,10	468.420,89

15.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Créditos – IOF	1.736,02	39.830,46
Operações com Valores Mobiliários	157,99	798,93
TOTAL	1.894,01	40.629,39

15.2 Sociais e Estatutárias

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	422.445,10	523.752,19
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.507.398,17	534.003,76
TOTAL	1.929.843,27	1.057.755,95

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo no grupo de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	66.288,32	62.512,58
Impostos e Contribuições Sobre Salários	226.444,33	220.934,75
IRRF Sobre Juros ao Capital	-	444.655,42
Outros (a)	199.868,00	43.139,20
TOTAL	492.600,65	771.241,95

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 10.224,75), ISSQN a recolher (R\$ 25.757,11), PIS s/ Faturamento (R\$ 3.534,33), COFINS s/ Faturamento (R\$ 22.073,49) e IRRF sobre Juros ao Capital (R\$ 138.278,32).

15.4 Diversas

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos – Fornecedores	1.963,90	837,10
Obrig de Pagto em nome de Terceiros – Contas Salários	1.782.208,12	1.153.674,45
Despesas de Pessoal	937.198,19	1.159.477,27
Outras Despesas Administrativas (a)	793.354,32	562.214,33
Outros pagamentos	16.803,57	7.053,87
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	277.785,58	186.062,64
Credores Diversos – País (c)	776.348,01	298.704,15
TOTAL	4.585.661,69	3.368.023,81



- (a) Referem-se à provisão para pagamento de: Assessoria técnica (R\$ 15.542,52); comunicações (R\$ 11.146,05); processamento de dados (R\$ 55.552,98); manutenção e conservação de bens (R\$ 8.735,08); transporte (R\$ 5.020,45); serviços gráficos (R\$ 600,00); outras despesas administrativas (R\$ 69.228,58); seguro prestamista (R\$ 592.323,07); compensado (R\$ 35.205,59).
- (b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 14.810.109,86 (R\$ 12.244.827,66 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (c) Composta por valores de pendências a regularizar (R\$ 18.103,43), pendências a regularizar bancoob (R\$ 421.950,47); diferença de caixa (R\$ 12.823,34); pagamento a processar (R\$ 3.458,95); créditos de terceiros (R\$ 192.929,50); transitória renegociação de dívida (R\$ 8.253,19); conta transitória (R\$ 1.894,90), cheques depositados (R\$ 41.966,30); devolução saldo credor Cartões (R\$ 5.253,06); outros (R\$ 7.611,54) e créditos diversos liquidação cobrança (R\$ 62.103,33).

15.5 Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
	Não Circulante	Não Circulante
Provisão para Passivos Contingentes	301.391,28	468.420,89
TOTAL	301.391,28	468.420,89

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB EXTREMO SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	82.519.147,05	85.267.248,72
Associados	14.135	12.404

17.2 Reserva de Sobras

A reserva de Sobras é formada sobretudo pela Reserva Legal, que é representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 38% e é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, cujo saldo acumulado é de R\$ 33.098.271,31, sendo R\$ 33.093.066,66 para Fundo de Reserva Legal e R\$ 5.204,65 Reservas Estatutárias.

17.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 23 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pelo crédito em conta corrente das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 6.187.586,30.

17.4 Destinações Legais e Estatutárias

No exercício foi apurado resultado negativo com atos não cooperativos, o valor integral das sobras líquidas do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.448.902,09	10.475.043,77
Destinações estatutárias	(3.633.027,89)	(4.294.767,95)
Reserva legal - 38%	(3.210.582,79)	(3.771.015,76)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(422.445,10)	(523.752,19)
Sobras Líquidas do Exercício	4.815.874,20	6.180.275,82
Recuperação Perdas de Incorporação	2.760,00	7.310,48
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.818.634,20	6.187.586,30

18. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.304.752,14, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% do valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de dezembro de 2020. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. INGRESSO/RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	99.870,74	215.801,96	163.523,09	357.788,04
Rendas de Empréstimos	6.695.105,40	13.218.419,74	6.901.698,84	13.788.809,11
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	262.305,76	641.029,26	430.288,71	878.093,19
Rendas de Financiamentos	1.789.059,57	3.684.521,11	2.037.074,96	3.922.368,63
Rendas de Finan. Rurais – Aplicações c/ Recursos Livres	972.214,02	1.583.660,10	442.380,93	697.577,26
Rendas de Finan. Rurais – Aplicações c/ Recursos Direcionados a Vista	296.739,47	714.719,61	227.869,71	501.398,70
Rendas de Finan. Rurais – Aplicações c/ Recursos Direcionados da Poupança Rural	30.372,18	161.732,79	298.851,12	538.931,42
Rendas de Finan. Rurais – Aplicações c/ Recursos Fontes Públicas	40.328,55	71.624,01	31.771,83	51.218,19
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	16.983,00	26.115,07	17.558,01	26.058,07
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.248.613,25	1.631.096,66	556.956,72	867.394,30
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.160.596,73	5.423.687,07	4.677.144,24	9.854.151,17
TOTAL	13.612.188,67	27.372.407,38	15.785.118,16	31.483.788,08

20. DISPÊNDIO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(1.177.285,13)	(2.946.737,10)	(2.633.486,92)	(5.350.639,18)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(348.451,02)	(907.199,10)	(544.608,78)	(1.066.446,64)
Provisões/Reversões para Operações de Crédito	2.701.910,91	(2.681.494,83)	(1.336.677,58)	(2.553.529,10)
Provisões/Reversões para Outros Créditos	(59.566,18)	(186.707,88)	(127.333,72)	(277.612,74)
TOTAL	1.116.608,58	(6.722.138,91)	(4.642.107,00)	(9.248.227,66)

21. RECEITA (INGRESSOS) DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	735.893,12	1.392.096,57	701.478,73	1.469.638,50
Rendas de outros serviços – Atos cooperativos (a)	196.905,34	393.928,65	150.680,29	278.871,25
Rendas de outros serviços – Atos não cooperativos (b)	2.019.339,65	3.631.499,31	1.486.036,65	2.675.537,71
TOTAL	2.952.138,11	5.417.524,53	2.338.195,67	4.424.047,46

(a) Composto por receitas de anuidade de cartões e emissão de cartão.

(b) Composto por receitas de convênios, receita Sipag credenciamento, rendas de intercâmbio, comissão de cartões de crédito, comissionamento poupança e comissão consignado INSS e vendas de consórcios, seguros.



22. RENDAS (INGRESSOS) DE TARIFAS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	541.234,20	1.071.661,60	489.168,42	923.700,92
Rendas de Serviços Prioritários – PF	355.511,40	718.591,65	355.136,45	665.868,05
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	62,00	164,34	175,00	285,99
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.070.805,81	2.036.518,17	1.022.914,25	1.974.020,66
TOTAL	1.967.613,41	3.826.935,76	1.867.394,12	3.563.875,62

23. DESPESA (DISPÊNDIOS) DE PESSOAL

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(36.000,00)	(72.000,00)	(36.000,00)	(63.036,09)
Despesas Honorários – Diretoria e Conselho Admin.	(527.694,08)	(1.004.900,47)	(546.788,05)	(1.025.895,56)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(999.122,92)	(1.465.092,36)	(653.529,97)	(1.063.467,34)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(916.334,90)	(1.756.376,49)	(826.253,73)	(1.633.342,57)
Despesas de Pessoal – Proventos	(2.386.378,29)	(4.498.753,36)	(2.556.521,16)	(4.626.317,85)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(16.228,56)	(26.724,72)	(2.028,51)	(4.340,01)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(43.109,74)	(109.553,77)	(74.137,13)	(154.045,95)
TOTAL	(4.924.868,49)	(8.933.401,17)	(4.695.258,55)	(8.570.445,37)

24. DESPESAS (DISPÊNDIOS) ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(141.942,10)	(311.029,20)	(174.426,65)	(349.798,70)
Despesas de Aluguéis	(281.174,17)	(563.942,21)	(287.741,23)	(549.503,01)
Despesas de Comunicações	(201.850,35)	(393.754,03)	(196.417,05)	(404.238,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(195.254,30)	(455.297,62)	(222.977,46)	(434.902,72)
Despesas de Material	(66.738,77)	(127.152,07)	(80.454,39)	(164.280,62)
Despesas de Processamento de Dados	(484.102,09)	(1.038.828,69)	(493.942,00)	(915.913,83)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(236.372,70)	(310.003,61)	(326.526,11)	(428.899,39)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(87.171,52)	(157.535,92)	(149.623,45)	(247.223,11)
Despesas de Publicações	(980,00)	(980,00)	-	-
Despesas de Seguros	(116.166,13)	(242.308,50)	(99.357,24)	(250.659,93)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.249.197,83)	(2.113.215,04)	(793.794,08)	(1.574.655,52)
Despesas de Serviços de Terceiros	(294.039,42)	(579.374,40)	(271.652,39)	(530.955,34)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(321.757,39)	(634.642,85)	(293.255,34)	(579.356,26)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(152.201,09)	(340.836,13)	(229.436,40)	(361.558,84)
Despesas de Transporte	(153.556,32)	(280.411,85)	(126.450,98)	(249.073,03)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(2.107,29)	(2.107,29)
Despesas de Viagem no País	(5.204,14)	(52.061,94)	(75.128,46)	(92.703,63)
Despesas de Amortização	(49.468,33)	(99.798,18)	(5.722,76)	(21.158,04)
Despesas de Depreciação	(105.009,73)	(209.806,56)	(165.129,87)	(333.160,81)
Outras Despesas Administrativas	(92.637,37)	(185.742,75)	(157.107,01)	(300.796,22)
Emolumentos judiciais e cartorários	(87.446,72)	(174.409,32)	(48.289,55)	(131.490,24)
Contribuição a OCE	(71.550,00)	(143.100,00)	(66.937,50)	(144.216,74)
Rateio de despesas da Central	(406.715,91)	(879.292,53)	(447.198,32)	(890.837,20)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(70.305,52)	(153.082,18)	(75.081,30)	(165.131,03)
TOTAL	(4.870.841,90)	(9.446.605,58)	(4.788.756,83)	(9.122.620,19)

25. DESPESAS (DISPÊNDIOS) TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas Tributárias (a)	(117.897,31)	(165.022,61)	(159.631,03)	(186.698,71)
Disp. De Imposto s/ Serv. De Qualquer Natureza – ISSQN	(100.966,94)	(181.574,21)	(74.299,02)	(133.774,13)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(95.053,00)	(176.625,49)	(81.696,75)	(155.367,08)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(21.768,99)	(42.225,23)	(19.676,22)	(38.971,24)
Despesas de Contribuição ao PIS Receitas	(15.446,11)	(28.701,64)	(13.275,72)	(25.247,16)
TOTAL	(351.132,35)	(594.149,18)	(348.578,74)	(540.058,32)

(a) Despesas com IPTU, TFF e ITVI.

26. OUTRAS RECEITAS (INGRESSOS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	74.347,43	172.459,81	19.605,86	20.912,59
Outras – Reversão Provisão Garantias Prestadas	131.869,10	420.176,10	729.166,84	965.596,82
Dividendos – Bancoob	-	592.847,83	-	1.003.126,41
Deduções e abatimentos	4.014,04	10.871,61	7.015,86	22.972,26
Distribuição de Sobras da Central BA	-	109.767,74	-	59.299,69
Rendas de repasses Del Credere	1.330,72	17.967,57	-	41.834,41
Juros ao Capital Sicoob BA	330.189,62	330.189,62	649.892,79	649.892,79
Outras Rendas Operacionais	22.082,04	32.337,69	31.987,84	83.602,74
Rendas oriundas de Cartões de Crédito	712.145,72	1.565.472,42	910.047,31	1.865.959,20
TOTAL	1.275.978,67	3.252.090,36	2.347.716,50	4.713.196,91

27. OUTRAS DESPESAS (DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito – Desp. Descontos Concedidos em Renegociações	(1.984.613,81)	(2.031.729,05)	(13.169,21)	(69.015,96)
Despesas de Recursos do PROAGRO	-	(10,87)	(2.526,00)	(2.526,00)
Passivos Contingentes	(377.007,17)	(381.343,41)	(30.000,00)	(35.000,00)
Outras Despesas Operacionais	(75.075,65)	(134.281,78)	(235.922,55)	(481.870,53)
Cancelamento – tarifas pendentes	(269.359,86)	(517.409,67)	(201.094,36)	(392.149,74)
TOTAL	(2.706.056,49)	(3.064.774,78)	(482.712,12)	(980.562,23)

28. DESPESAS (DISPÊNDIOS) DE PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Reversão provisão para Contingências	-	167.029,61	387.780,78	387.780,78
Contingências	-	-	(130.014,71)	(130.014,71)
TOTAL	-	167.029,61	257.766,07	257.766,07

29. DESPESAS (DISPÊNDIOS) DE PROVISÃO PARA GARANTIAS PRESTADAS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Reversão provisão para Garantias Prestadas	131.869,10	253.149,49	141.386,06	276.200,65
Provisão para Garantias Prestadas	(184.999,40)	(344.869,43)	(128.483,86)	(249.555,06)
TOTAL	(53.130,30)	(91.722,94)	12.902,20	26.645,59



30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
(-) Prejuízos na Alienação BNDU	-	-	(35.000,00)	(35.000,00)
(-) Desvalorização na reavaliação BNDU	(9.364,75)	(9.364,75)	-	-
TOTAL	(9.364,75)	(9.364,75)	(35.000,00)	(35.000,00)

31. RESULTADO ABRANGENTE

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

32. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.611.462,46	1,8290%	42.237,48
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	598.730,12	0,2375%	2.165,46
TOTAL	5.210.192,58	2,0665%	44.402,94
Montante das Operações Passivas	7.427.078,68	5,1265%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2020:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	6.849,77	40,19	0,5858%
Conta Garantida	8.559,53	256,79	0,4215%
Direitos Creditórios Descontados	2.327.679,30	12.767,57	6,9044%
Empréstimos	1.229.998,18	15.470,47	1,3774%
Financiamentos	275.493,38	662,97	0,9933%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.241.534,07	2,1981%	0%
Depósitos a Prazo	1.445.740,09	1,5076%	0,1529%
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	2.018.740,16	9,5932%	0,1541%

- c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,0002%	31,7912
Financiamentos Rurais – repasses	0,9480%	46,2067
Aplicação Financeira – Pós Fixada	98,6026% da Taxa CDI	144,9706
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	1,3410%	17,8889

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

Empréstimos e Financiamentos	0,9800%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,1168%
Crédito Rural (modalidades)	1,7798%
Aplicações Financeiras	5,1265%

- d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	Garantias Prestadas
Conta Corrente	1.814,76
Empréstimos	2.120.512,56
Financiamentos	969.147,04
Financiamentos Rurais	23.407.836,32

- e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
453.695,17	464.009,02

- f) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Benefícios Monetários no Exercício de 31/12/2020 (R\$)	Benefícios Monetários no Exercício de 31/12/2019 (R\$)
Honorários	(745.963,23)	(792.106,74)
Cédulas de presença Conselho Fiscal	(72.000,00)	(63.036,09)
Cédulas de presença Conselho Administrativo	(182.000,00)	(159.092,23)
Gratificações	(76.937,27)	(74.696,59)
INSS	(218.579,39)	(217.786,33)
FGTS	(10.979,80)	(17.103,98)
Plano de Saúde	(55.541,70)	(31.937,52)
Seguros	(570,24)	(570,24)
Alimentação	(25.104,24)	(8.400,00)
Prêmios de Produção	(39.379,04)	(35.799,19)

- g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2020	31/12/2019
6.401.193,59	6.771.076,86

33. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO TEIXEIRA DE FREITAS LTDA – SICOOB EXTREMO SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL-BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL-BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL-BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EXTREMO SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL-BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.



As demonstrações contábeis do SICCOB CENTRAL-BA, em 30/06/2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 31 de julho de 2020 com opinião sem modificação.

34. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

34.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

34.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

34.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

34.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

34.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

35. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	197.398.032,68	152.280.553,93
Patrimônio de Referência (RWARPS)	99.663.879,76	102.045.964,96
Índice de Basileia %	50,49%	67,01%
Razão de Alavancagem (RA) %	24,89%	32,87%
Índice de imobilização %	1,64%	1,70%

37. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão p/ Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	301.391,28	96.995,34	468.420,89	96.995,34
TOTAL	301.391,28	96.995,34	468.420,89	96.995,34

- Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB EXTREMO SUL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.253.326,80. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas, cíveis e fiscais.
- O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos empregados e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o ano de 2020 totalizaram R\$ 58.738,34.

TEIXEIRA DE FREITAS-BA,

31 de dezembro de 2020.

Irismar Portela de Oliveira
Diretor Operacional

Zenilda Medeiros de Almeida Silva
Diretora Administrativa

Valmir Lima Silva
Contador CRC 023450/O-3



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Teixeira de Freitas Ltda. – Sicoob Extremo Sul

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Teixeira de Freitas Ltda - Sicoob Extremo Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Extremo Sul em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com

as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 03 de fevereiro de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de crédito Teixeira de Freitas Ltda – SICOOB EXTREMO SUL, com a finalidade de atender o que determina o Estatuto Social da Cooperativa, declara por seus membros abaixo assinados, que examinou o Balanço referente ao ano de 2020.

Com base nos exames efetuados nas demonstrações contábeis, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa – CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 03 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Extremo Sul em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Conselho Fiscal recomenda o encaminhamento deste parecer à Assembleia Geral Ordinária para conhecimento e deliberação.

Teixeira de Freitas, 12 de fevereiro de 2021.

Edson Geraldino Moreira Júnior
Coordenador

José Francisco Alves Dourado
Secretário

Adler Lopes Neiva
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL 2020



/sicooboficial



/sicoob_oficial



@SICOOB_oficial



/sicoob-confedera-o



/sicooboficial



(61) 4000-1111

